



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

07/10/2012



INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. COMARCAS.....	1
1.2. RECONHECER É AMAR!.....	2
1.3. SELETIVOS.....	3 - 4
2. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
2.1. AÇÕES TJMA.....	5 - 6
2.2. EXECUÇÃO PENAL.....	7
2.3. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	8
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. EXECUÇÃO PENAL.....	9
3.2. JUIZADOS ESPECIAIS.....	10
3.3. VARA CRIMINAL.....	11
3.4. VARAS DA FAZENDA PÚBLICA.....	12 - 16
4. JORNAL O DEBATE	
4.1. AÇÕES TJMA.....	17
5. JORNAL O QUARTO PODER	
5.1. EXECUÇÃO PENAL.....	18
5.2. SELETIVOS.....	19
6. JORNAL PEQUENO	
6.1. AÇÕES TJMA.....	20
6.2. DESEMBARGADORES.....	21 - 24
6.3. EXECUÇÃO PENAL.....	25

Juíza de Santa Rita determina suspensão de cobrança e restabelecimento do fornecimento água pela Caema

Após uma semana sem água e fornecimento irregular de água, juíza titular da comarca de Santa Rita, Karine Lopes de Castro, determinou a suspensão da cobrança, por parte da Caema, de conta de água aos consumidores do município. Ela determinou, ainda, o prazo de 24 horas para que o fornecimento de água a todas as unidades consumidoras de Santa Rita fosse restabelecido através de caminhão pipa.

A multa diária pelo não cumprimento da de-

cisão é de R\$ 500. "Estas medidas perdurarão até que a requerida regularize seus serviços de abastecimento de água", ressalta o documento.

A decisão atende à Ação Pública de Obrigação de Fazer com Pedido de Liminar proposta pelo Ministério Público em face da omissão em relação aos problemas com o fornecimento de água, que causam graves prejuízos aos consumidores e colocam em risco a saúde da população. A data da decisão é 5 de setembro, mas somente no

dia 28 último a Caema foi intimada.

O prazo para cumprimento da decisão venceu no último dia 2 de outubro, mas segundo a juíza Karine Lopes de Castro, o fornecimento de água não foi restabelecido e a multa já está correndo. Informações da Secretaria Judicial de Santa Rita dão conta de que representantes da Caema estiveram no fórum requerendo cópia do processo.

Orientação - Para garantir que a população tenha conhecimento da

decisão judicial, Karine Lopes mandou divulgar em rádios e TV do município a informação de que os consumidores não devem pagar as contas que vierem a vencer a partir do mês em curso, já que a decisão determina a suspensão das cobranças.

No próprio fórum da comarca de Santa Rita, não há fornecimento de água, segundo a secretária Judicial, Daniela Santos Jacinto. Ainda de acordo com a secretária, "em grande parte da cidade não há água de jeito nenhum".

Dom Pedro: 32 reconhecimentos voluntários de paternidade pelo “Reconhecer é Amar!”

Na comarca de Dom Pedro, já foram realizados 32 reconhecimentos de paternidade voluntários pelo projeto “Reconhecer é Amar!”, lançado em setembro pelo juiz Thales Ribeiro de Andrade, titular. A ação de lançamento ocorreu no dia 19 de setembro, quando pelo menos 20 reconhecimentos foram efetuados.

Um dos pais que aproveitaram o projeto “Reconhecer é Amar!” foi Luiz Moreira dos Santos, 68 anos. Ele aproveitou a ação da Justiça de Dom Pedro para fazer o reconhecimento espontâneo de cinco filhos.

“Este é um projeto muito positivo, pois esta-

mos estimulando o reconhecimento conciliatório. Não existe disputa, nem judicialização do caso. O pai vem por vontade própria, fazendo com que exista até uma reaproximação da família. Isso que é a beleza do projeto! E as causas sociais são muito importantes para o Judiciário. Não devemos só julgar os processos, mas trabalhar dentro das necessidades da população”, declarou o juiz Thales Ribeiro de Andrade, durante o lançamento do “Reconhecer é Amar!”.

Além dos reconhecimentos voluntários, Dom Pedro está realizando a coleta do matéria para o exame de DNA, que é fei-

to no Laboratório Forense de Biologia Molecular, em São Luís. Já foram enviadas 10 coletas, realizadas com o material específico enviado pelo laboratório e por servidores da comarca que já passaram por treinamento.

Quem também destacou os benefícios do projeto “Reconhecer é Amar!” em Dom Pedro foi o promotor de Justiça da comarca, Luiz Eduardo Souza e Silva, que participou do lançamento.

O projeto “Reconhecer é Amar!” foi idealizado pela Corregedoria Geral da Justiça, com base no programa Pai Presente, do Conselho Nacional

de Justiça. Os resultados das ações, que ocorrem em diversas comarcas maranhenses desde antes do lançamento oficial do projeto, ocorrido em 17 de julho deste ano, são os melhores. Centenas de pais procuram a Justiça para realizar voluntariamente o reconhecimento de seus filhos, que passam a ter o nome do pai na certidão de nascimento.

Os pais, mães e filhos (que podem indicar a paternidade) interessados podem procurar os fóruns das comarcas maranhenses e, em São Luís, o posto do “Reconhecer é Amar!”, que fica no Fórum Des. Sarney Costa.

TJMA lança concurso com 31 vagas para juiz substituto

Pág. 3

TJMA lança concurso com 31 vagas para juiz substituto

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) lança concurso público para preenchimento de 31 vagas de juiz de Direito substituto e formação de cadastro de reserva do Judiciário estadual.

O certame será coordenado pelo CESPE/UnB e terá supervisão da Comissão de Concurso do tribunal, informa edital assinado quarta-feira (3) pelo presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior. A prova seletiva será aplicada em março de 2013.

As inscrições preliminares terão início às 10h do dia 9 de outubro, pela internet (www.cespe.unb.br/concursos/tj_ma_12_juiz), com taxa fixada em R\$ 150,00. O salário inicial é de R\$ 20.677,85.

Podem se inscrever candidatos com diploma de curso de graduação de nível superior em bacharelado em Direito, devidamente registrado e fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC, e três anos de atividade jurídica exercida após obtido o grau de bacharel em Direito.

De acordo com o edital, a seleção ocorrerá em

seis etapas: compreenderá prova objetiva seletiva, prova discursiva e prova prática de sentença; inscrição definitiva, sindicância da vida pregressa e investigação social, exame de sanidade física e mental e exame psicotécnico; prova oral, de caráter eliminatório e classificatório; avaliação de títulos e curso de formação inicial para ingresso na carreira da magistratura, de caráter eliminatório, realizado pela Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM).

Das vagas abertas e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do concurso, 5% serão providas por candidatos com deficiência, que participarão do concurso em igualdade de condições com os demais candidatos no que tange ao conteúdo, à avaliação, ao horário e ao local de aplicação das provas, podendo haver ampliação do tempo de duração das provas em até 60 minutos.

O edital completo do concurso está disponível no site do Tribunal de Justiça (www.tjma.jus.br), na seção concursos.

PENITENCIÁRIA FEMININA

Detentas participam de ações de ressocialização em Pedrinhas



Diretora da Penitenciária Feminina de Pedrinhas, Giselle Leda

Internas da Penitenciária Feminina de Pedrinhas contam com várias atividades de ressocialização que visam a reintegração delas à sociedade. Elas estão aprendendo diversos ofícios que poderão ser colocados em prática quando deixarem a unidade.

Estão sendo oferecidos cursos de capacitação, além de estudos e os trabalhos de evangelização.

Para o Secretário Estado de Justiça e da Administração Penitenciária, Sérgio Tamer, as ações de ressocialização realizadas nas unidades prisionais são fundamentais. "É uma estratégia bem sucedida

de ajudar a inserir os internos na sociedade".

O Programa Mulheres Mil, do Governo Federal, executado pelo Instituto Federal do Maranhão (Ifma), em parceria com a Secretaria de Estado de Justiça e da Administração Penitenciária (Sejap) e o Tribunal de Justiça, formou, em agosto, a primeira turma do curso de "Introdução a culinária". Este ano o programa deve retornar para contribuir na formação de mais mulheres privadas de liberdade. No mesmo período as internas concluíram um curso de contabili-

dade feito à distancia.

Atividades de evangelização são constantes na unidade, assim como oficinas de artesanato e os ensaios e apresentações do coral Deus conosco composto pelas próprias internas. Com uma turma de ensino fundamental as internas também possuem a possibilidade de retomar os estudos.

Conforme determinou a Portaria de nº 95, de agosto de 2012, estabelecida pela Sejap, as ações de assistência aos presos e egressos no sistema serão de responsabilidade dos diretores das unidades. Para a diretora da

Penitenciária Feminina, Giselle Leda, atividades de ressocialização são fundamentais. "É importante oferecer o que realmente interessa e acrescenta a elas. Vamos viabilizar o que venha a servir a elas também lá fora" explicou.

Quanto a obtenção de benefícios como o trabalho externo, a diretora ressaltou que alguns requisitos precisam ser seguidos pelas internas. "São necessários seis meses

no regime semi aberto e avaliações constantes de comportamento a partir daí e com a proposta de emprego em mãos é viabilizado esse benefício". A diretora revelou ainda que as oportunidades de emprego podem partir tanto de iniciativa da família quanto das parcerias feitas pela própria unidade. A Lavatec é uma empresa que apoia e acredita dando oportunidade à reinserção dessas mulheres a sociedade.

Atualmente a Penitenciária Feminina conta com 163 internas, sendo 57 sentenciadas, 89 provisórias e 17 no regime semi aberto. O projeto de uma mini academia para as internas em breve deverá ser colocado em prática incentivando também o cuidado de cada uma com si mesma.

Mais de 90 presos estarão aptos a votar no Maranhão

Noventa e nove presos provisórios vão votar nas eleições municipais neste domingo (7) em todo o Estado, sendo 39 das Centrais de Custódia de Presos de Justiça de Caxias e Imperatriz e 60 da Penitenciária de Pedrinhas (São Luís), de acordo com o

Grupo de Monitoramento do Sistema Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão.

As seções eleitorais funcionarão nas Centrais de Custódia de Presos de Justiça das cidades mencionadas (nº 429 - 65ª zona eleitoral (Im-

peratriz); nº 168 - 4ª zona eleitoral (Caxias); e nº 176 - 90ª zona eleitoral (São Luís).

Nos estabelecimentos penais será permitida a presença de força policial e de agentes penitenciários a menos de 100 metros do local de votação, o que

não é permitido nas seções regulares.

Conforme instrução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), terá direito ao voto o preso provisório que ainda não teve condenação criminal definitiva e que alistou-se ou transferiu o título até o dia 5 de maio.

DESCASO

Doentes mentais não recebem tratamento médico adequado

Mais de 100 presos com diversos tipos de doença mental são mantidos sem tratamento médico adequado em presídios e delegacias estaduais, segundo levantamento do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF) do Tribunal de Justiça do Maranhão.

A situação foi apresentada pelo juiz auxiliar da 2ª Vara de Execuções Penais, Douglas Martins, durante reunião do grupo esta semana. "Pelas condições de saúde, estes presos devem cumprir a medida de segurança em hospital psiquiátrico para que recebam tratamento adequado e sepa-

rados das pessoas condenadas ou que aguardam por julgamento", ressalta o magistrado, que também responde pelo GMF no Estado.

Martins informou que o Grupo de Monitoramento já encaminhou à governadora Roseana Sarney documento relatando o problema e propondo a construção de duas unidades de saúde para atender a demanda do sistema prisional. "Além das doenças mentais e dependência química, há outros sérios problemas de saúde nos presídios. Falta atenção básica e assistência social", afirma.

O juiz reuniu-se com re-

presentantes do Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Sistema de Saúde, Segurança Pública, Administração Penitenciária e organizações não-governamentais que atuam na recuperação de doentes mentais e dependentes químicos, para receber sugestões sobre procedimentos que podem ser adotados para garantir o atendimento dos presos que cumprem medida de segurança pelo sistema público de saúde.

Uma comissão liderada por juristas, profissionais da área de saúde mental e de comunidades terapêuticas foi formada para traçar

um plano provisório e apresentar, no prazo de 30 dias, um protocolo de atendimento e aprofundar a discussão sobre o tempo de internação aplicado aos diversos tipos de transtorno mental apresentados por presos. O Juiz José Costa foi indicado para coordenar o grupo de estudo.

"Estamos diante de um impasse legal e psiquiátrico. É necessário que juristas e psiquiatras se reúnam para determinar a medida de segurança. Delegacia não é lugar para esse tipo de preso", disse a delegada-geral da Polícia Civil, Cristina Meneses.

EM FUNÇÃO DAS ELEIÇÕES

Varas de São Luís têm alteração no funcionamento

Vários magistrados do Fórum Desembargador Sarney Costa, em São Luís, estarão trabalhando nas Eleições 2012, na capital e em diversas comarcas do Estado, com vistas a garantir o bom andamento dos trabalhos eleitorais, o cumprimento da lei e a manutenção da ordem pública no âmbito da jurisdição eleitoral do Maranhão.

Durante esse período, algumas unidades jurisdicionais terão as audiências suspensas. As demais atividades das Varas acontecerão normalmente.

Normalização das audiências:

- Na 4ª e 7ª Varas Cíveis, na 2ª e 3ª da Família e na 2ª, 5ª e 7ª Varas Criminais, as audiências voltam a ocorrer normalmente na terça-feira (9);

- na 2ª Vara de Entorpecentes, as audiências retornam na quarta-feira (10);

- na 8ª Vara Cível e na 4ª Vara da Família, as audiências recomecem no dia 15 deste mês.

Nas demais unidades, as audiências não serão suspensas por causa das eleições.

Os magistrados do Fórum de São Luís que estarão a serviço da Justiça Eleitoral do Maranhão, são:

Adelvan Nascimento Pereira (titular da 2ª Vara de Entorpecentes)

Ailton Castro Aires (titular da Vara de Cartas Precatórias)

Alexandre Lopes Abreu (respondendo pela 7ª Vara Cível)

Andréa Furtado Perlmutter Lago (titular da 4ª Vara da Família)

Ana Célia Santana (titular da 5ª Vara Criminal)

Carlos Henrique Rodrigues Veloso (titular da 2ª Vara da Fazenda Pública e juiz eleitoral da 88ª Zona)

Cleonice Conceição do Nascimento (titular da 8ª Vara da Fazenda Pública)

Fernando Luiz Mendes Cruz (titular da 7ª Vara Criminal)

Francisco Ronaldo Maciel Oliveira (titular da 1ª Vara Criminal e juiz eleitoral da 10ª Zona)

Gervásio Protásio dos Santos Junior (titular da 6ª Vara Cível e juiz eleitoral da 90ª Zona eleitoral)

Gilberto de Moura Lima (titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri)

Jesus Guanaré de Sousa Borges (titular da 7ª Vara da Família e juiz eleitoral da 2ª Zona)

José de Ribamar Castro (titular da 1ª Vara da Família)

José Edilson Caridade Ribeiro (titular da 6ª Vara da Fazenda)

José Jorge Figueiredo dos Anjos (titular da 3ª Vara da Fazenda Pública e juiz de direito eleitoral)

Joseane de Jesus Correa Bezerra (titular da 3ª Vara da Família e juíza eleitoral da 89ª Zona)

Luís de França Belchior (titular da 2ª Vara Cível e juiz de direito eleitoral)

Luiz Gonzaga Almeida Filho (titular da 8ª Vara Cível)

Luzia Madeiro Neponucena (titular da 1ª Vara da Fazenda Pública e juíza eleitoral da 3ª Zona)

Marcelino Chaves Everton (titular da 2ª Vara da Família)

Mário Prazeres Neto (respondendo pela 4ª Vara da Fazenda Pública e juiz de direito eleitoral)

Milton Bandeira Lima (titular da Vara de Interdição)

Oriana Gomes (titular da 8ª Vara Criminal e juíza de direito eleitoral)

Raimundo Ferreira Neto (titular da 2ª Vara Criminal)

Raimundo Nonato Neris Ferreira (titular da 5ª Vara da Fazenda Pública)

Tyrone José da Silva (titular da 4ª Vara Cível)

Sebastião Joaquim Lima Bonfim (titular da 6ª Vara Criminal e diretor do Fórum)

Governo do Estado abre 796 novas vagas no sistema penitenciário

Com a implantação da Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária, aumentou a oferta de vagas no sistema prisional do Maranhão; de acordo com o secretário Sérgio Tamer, meta da Sejap é atingir mil novas vagas até o fim deste ano

Divulgação



Tamer avalia sistema prisional

Com a liberação do Pavilhão A da Penitenciária de Pedrinhas, na última segunda-feira (1º), pelo juiz Jamil Aguiar, da 1ª Vara de Execução Penal da Capital, o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado da Justiça e da Administração Penitenciária (Sejap), abriu mais 105 novas vagas no sistema carcerário do Estado, totalizando 796 em 20 meses de existência do órgão.

Para o secretário Sérgio Tamer, a meta é ultrapassar a marca de mil novas vagas até o fim deste ano com a inauguração da CCPJ de Imperatriz (160 vagas), a Unidade de Ressocialização de Chapadinha (120 vagas), a Unidade de Rosário (100 vagas), o novo Centro de Triagem do CDP (120

vagas) e a Penitenciária de Imperatriz (220 vagas).

Novas vagas - Até a semana passada, a Sejap, que iniciou suas atividades em janeiro de 2011, já tinha aberto 691 novas vagas, além de restaurar a maioria das unidades existentes. As novas vagas correspondem às inaugurações de diversas unidades prisionais, dentre as quais a Unidade Prisional de Ressocialização (UPR) do Monte Castelo, que tem 130 vagas; a UPR de Paço do Lumiar, para 40 presos; a UPR do Centro - Lei Maria da Penha, com 60 vagas; a UPR de Santa Inês, com 85 vagas; a Casa de Ressocialização de Imperatriz, que tem acomodação para 70 internos; as UPRs de Davinópolis e Bacabal, com 106 e 90 vagas, respectivamente; a UPR do Olho d'Água, com 110 vagas, e o Pavilhão A da Penitenciária de Pedrinhas, com 105 novos lugares, totalizando 796 vagas no sistema.

"Para atingir a meta de mil vagas até o fim do ano, o Governo do Estado não tem medido esforços para investir nas unidades prisionais do Maranhão. Com exceção da Penitenciária de Imperatriz, que parte dela é financiada com recursos federais, as demais unidades foram ampliadas e construídas com recursos exclusivamente do Estado", afirmou Tamer.

O secretário destacou ainda que, com a entrega das próximas unidades penais, o sistema penitenciário do Maranhão começará a ganhar uma nova dinâmica. "Precisaremos avançar mais para atingir a estabilidade desejada, inclusive, com a realização de concurso para agentes penitenciários", assinalou. Ele afirmou que os primeiros passos já foram dados para efetivar a política de regionalização no cumprimento da pena.

"Vamos transferir cerca de 600 internos, que deveriam cumprir pena nos interiores de origem, mas que estão em São Luís", garantiu o secretário para quem o detento deve cumprir a pena próximo de familiares e do juiz da comarca que o sentenciou.

Números

3.200

VAGAS é a capacidade nos 25 estabelecimentos prisionais do estado

4.008

É A POPULAÇÃO carcerária do Maranhão

808

VAGAS é o déficit no sistema prisional

“Empresas focam no custo/benefício e a verdade é que apenas 10% dos consumidores recorrem contra elas”

Sônia Amaral, juíza do 7º Juizado Especial Cível e de Relações de Consumo da Comarca de São Luís

Júri condena acusado de praticar dois homicídios

Réu terá de cumprir 22 anos e nove meses de reclusão em regime fechado pela morte da ex-mulher e da mãe dela em Imperatriz

IMPERATRIZ - A 2ª Vara Criminal de Imperatriz iniciou na quinta-feira (4) e continuará nos dias 18 e 25 uma série de júris. Na primeira sessão, foi julgado o motorista Antônio José Ferreira da Conceição, o *Bacabinha*, de 37 anos, acusado de duplo homicídio. Ele foi condenado a 22 anos e nove meses de reclusão pela morte de sua ex-companheira, Eliene da Silva Costa, e da mãe dela, Irene da Silva Costa, fato ocorrido no dia 18 de março deste ano, em Imperatriz.

O representante do Ministério Público, promotor de Justiça Domingos Eduardo Silva, firmou a tese de homicídio duplamente qualificado praticado por motivo fútil, combinado com a impossibilidade de defesa das vítimas. Já a defesa, que esteve a cargo do advogado criminalista Benedito Jorge Gonçalves de Lira, sustentou a tese de legítima defesa para o crime praticado contra Irene e homicídio privilegiado para o crime praticado contra Eliane. A sessão foi presidida pela juíza Suely de Oliveira Santos Feitosa, titular da 2ª Vara Criminal.

O crime - De acordo com os autos, na ocasião do crime, o acu-

Mais

Consta que os crimes foram motivados por ciúme, já que a mulher se recusava a reatar o relacionamento com o criminoso, de quem estava separada. O réu, que já estava preso, cumprirá a pena em regime fechado na Penitenciária de Pedrinhas.

sado teria chegado à casa da ex-mulher, e foi recebido pela mãe dela. Ele, então, teria se dirigido à cozinha e apanhado ali a faca com a qual, sem qualquer discussão, desferiu vários golpes em Irene, matando-a. Em seguida, José Ferreira teria feito o mesmo com a ex-companheira, esfaqueando-a até a morte. O duplo crime foi presenciado por uma das filhas do casal.

Desentendimento - No dia 18, o Tribunal do Júri volta a se reunir desta vez para julgar Gilvan Gomes Campos, o *Gil Baleia*, pelo homicídio de Joaquim Wellington da Silva Ribeiro. O crime ocorreu no dia 6 de fevereiro de 2007, no bairro Bacuri, em Imperatriz.

Segundo o processo, um punção pelo colarinho dado pela vítima no acusado teria provocado uma discussão entre os dois, ocasião em que Gilvan teria empunhado uma faca que portava, atingindo Joaquim na barriga, matando-o.

Comentários - O terceiro e último julgamento, no dia 25, terá como réu Francinaldo Silva Nogueira, o *Negão da Brós*, que responde pelo homicídio de Francisco Bezerra da Costa.

De acordo com o processo, o crime se deu no dia 16 de julho de 2001, em um posto de combustíveis situado em Imperatriz. Ainda de acordo com os autos, na ocasião a vítima bebia com alguns amigos quando Francinaldo chegou. As pessoas presentes alertaram Francisco Bezerra para que saísse do recinto, uma vez que Francinaldo Silva teria afirmado que o mataria assim que o encontrasse, por causa de comentários de que ele teria tido relações sexuais com a vítima.

Recusando-se a sair, Francisco teria afirmado que se essa fosse a intenção do acusado ele já o teria matado. Ao ouvir o comentário, Francinaldo teria então disparado dois tiros contra Francisco, matando-o. Assim como o réu do julgamento que acontecerá no dia 18, Francinaldo encontra-se solto.

"Ficamos com muito medo
de usar qualquer coisa aqui
dentro. O banheiro está um
lixo e o bebedouro pode
estar sujo por dentro"

Francisco Pereira, usuário, sobre o Terminal de
Integração do São Cristóvão. **Em Cidades 2**



ESPECIAL

Situação precária de terminal vai parar na Justiça com Ação Civil

Representantes de bairros próximos ao Terminal de Integração do São Cristóvão denunciaram as condições caóticas do local à Defensoria Pública, que juntou documentação e moveu ação cobrando melhorias no serviço de transporte

Fotos/Biné Moraes

André S. Lisboa
Da equipe de O Estado

A situação de degradação, má conservação e negligência em relação aos serviços que deveriam ser oferecidos com excelência pela Prefeitura de São Luís no Terminal de Integração do São Cristóvão e reprovadas condições de mobilidade oferecidas na Cidade Operária e adjacências se transformaram em uma luta judicial que dura quase seis meses. A frente da batalha jurídica está a Defensoria Pública do Estado do Maranhão, que enviou à 1ª Vara de Fazenda Pública de São Luís a Ação Civil Pública (ACP) nº 16968/2012.

A medida judicial cobra melhorias no serviço de transporte público oferecido pelo Município de São Luís, por meio do Consórcio São Cristóvão, formado por 13 empresas contratadas para manter a rotatividade de coletivo por meio de 51 linhas que interligam diversos bairros da capital maranhense. A Defensoria Pública foi acionada por representantes dos bairros, que denunciaram as inadequadas condições de funcionamento do serviço público mantido pela Prefeitura de São Luís para em seguida serem apuradas informações por meio de relatório resultante do Processo Administrativo nº 001/2012 - WMLJ.

Problemas - O documento encaminhado pela defensoria à Justiça descreve todos os problemas encontrados no Terminal de Integração do São Cristóvão e denunciados por usuários ao longo dos últimos anos. São eles: ônibus lotados; passageiros pendurados na porta; passageiros sem orientação; mau disciplinamento dos usuários, que correm por meio das linhas para pegar ônibus, arriscando a vida; plata-



Problemas no Terminal de Integração do São Cristóvão motivam ação civil pública da Defensoria Pública

formas lotadas; falta de agentes administrativos para orientar e impedir confusão na área; desrespeito de motoristas de ônibus à velocidade permitida; desrespeito a outras regras de trânsito no local.

Entre as cobranças da ACP estão a fixação de quadro com horários e linhas de tráfego dos ônibus; controle efetivo do sistema de bilhetagem; mapas com as rotas dos ônibus; implantação de mecanismo de informação/reclamação no local (balcão); uso dos 14 carros reservas para transporte de passageiros; aumento do número de carros na linha BR-135; permanência de agentes de trânsito na entrada do terminal; efetivação de no mínimo 12 agentes de plataforma para orientar embarque e desembarque na estação, entre outras.

Se acolhida pela 1ª Vara da Fazenda Pública, a ação determinará que as melhorias sejam implantadas em no máximo 15 dias, sob pena de multa diária

de R\$ 50 mil por descumprimento da decisão judicial. A ação da defensoria ainda cobra a condenação do Município de São Luís e das empresas-rés por "grave ofensa às pessoas usuárias do serviço de transporte coletivo prestado de forma indigna, irregular, ineficiente e inseguro". A pena - se confirmada a culpabilidade - será o pagamento de R\$ 6.600,00, que vão ser convertidos em melhoria do transporte na área.

Realidade - Passam mensalmente pela estação rodoviária aproximadamente 4,5 milhões de passageiros, que, segundo constatou o órgão estadual, tem de conviver com um ambiente de pleno descaso, sem serviços de qualidade, correndo risco de vida e pagando por um benefício incompleto. A defensoria levou em consideração protestos realizados por usuários, que entraram em conflito com a Polícia Militar em alguns casos; reporta-

gens veiculadas em jornais e telejornais maranhenses e inspeções realizadas por técnicos e agentes ao local.

A ação foi ajuizada após tentativas fracassadas de diálogo com o Município para buscar solução para o problema de superlotação do terminal. O documento descreve a situação: "Os serviços de transporte coletivo prestados àquela comunidade são absurdamente precários e até perigosos, chegando mesmo a ser desumano e, portanto, muito longe de podermos considerá-los adequados, e que satisfaçam as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas, como determinado em lei".

Acordo frustrado - Em abril deste ano, a Defensoria Pública iniciou negociações com técnicos da Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte (SMTT), apresentando à Prefeitura de São Luís uma

Mais

Empresas de ônibus citadas na Ação Civil Pública:

- Viação Mouraujo LTDA
- Transporte Marina LTDA
- Viação Pericumã LDTA
- José Carlos Gonçalves LTDA
- Autoviária Menino Jesus de Praga LTDA
- Gemalog Transporte e Logística LTDA
- Viação Primor LTDA
- Expresso Solemar LTDA
- Expresso Tapajós LTDA
- Viação Norte Brasileiro LTDA
- José Ribamar Abreu LTDA
- Transporte Coletivo Santa Clara LTDA
- Empresa São Benedito LTDA

proposta de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC) para regularizar a prestação de serviço no terminal. O termo foi frustrado pela contraproposta do executivo municipal: aumentar a tarifa dos coletivos, o que foi reprovado taxativamente pelos defensores.

Ao fixar a defesa da ação civil na Constituição (Inciso V, do artigo 30, que trata sobre as competências dos Municípios quanto a organizar e prestar serviço de transporte coletivo ao público de interesse local) e no Código de Defesa do Consumidor (artigo 6º, que determina a proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos), o órgão estadual se viu obrigado a cobrar providências em disputa jurídica.

Reuniões - De acordo com o defensor público Emanuel Pereira Accioly, foram realizadas diversas reuniões antes da elaboração

da ACP ajuizada contra a Prefeitura, sendo ouvidas representantes de associações de moradores e usuários, além de visitas ao local. "O Termo de Ajustamento de Conduta chegou a ser redigido, mas não vingou. A ideia que o Município deixou transparecer é a de que se o ônibus não estiver lotado não vai dar lucro e não se poderá dar um bom atendimento aos usuários - o que é lamentável", explicou ele, ao dizer que a defensoria teve de agir judicialmente porque não havia outra saída.

Segundo o defensor faltam muitos itens qualificativos do serviço oferecido no terminal, que vai desde a cortesia na prestação de serviço, regularidade na frequência dos ônibus, segurança e informação. "São atributos que a Constituição prevê para todo o serviço público oferecido pelo Município. Há uma famigerada ausência de ônibus coletivos que provocam grande lotação e atrasos nas viagens", descreveu Pereira Accioly, ao explicar que a ação engloba apenas a estação do São Cristóvão, porque ela foi uma provocação da comunidade.

Accioly ainda informou que a Prefeitura e o Ministério Público fizeram um acordo para um trabalho de melhorias nos terminais, mas eles não deram atenção à urgência dos problemas nos pontos de ônibus e adotaram como modalidade de contratação a concorrência. "Esse é um processo licitatório muito moroso, que vai demorar muito a ser concluído, ou seja, pode nem chegar a acontecer se houver variação de gestões. O caso no São Cristóvão é muito grave e não pode esperar. A pergunta é: por que o Município não deu atenção a isso?", questionou o defensor, ao informar que o processo deve ser julgado em pouco tempo, pois acompanhado dele foi anexado um pedido de Antecipação de Tutela.



Caixa de disjuntores com tampa danificada no Terminal do São Cristóvão

“

Quase nunca se vê agentes de limpeza trabalhando aqui. É problema que se prolonga há anos”

Francisco Pereira,
usuário do terminal

Situação caótica de terminal persiste e usuários reclamam

Faltam agentes, limpeza e estrutura no local, que recebe milhares diariamente

A realidade no Terminal de Integração do São Cristóvão hoje ainda é a mesma constatada pelos defensores públicos que ajuizaram ação contra a Prefeitura de São Luís e contra o Consórcio São Cristóvão pela má qualidade do transporte coletivo oferecido no local. A insatisfação dos passageiros, o lixo espalhado pelas pistas, a falta de orientação e a inexpressiva atuação dos técnicos para disciplinar o trânsito de pedestres e de ônibus tornam o ponto de encontro dos coletivos quase um pandemônio.

Pessoas de todas as idades não apenas usam o local, mas são responsáveis pela sujeira, jogando lixo no chão, não tendo zelo pelo patrimônio, que parece não receber serviço de limpeza há semanas. Os banheiros cheiram mal e os bebedouros são velhos e enferrujados. "Ficamos com muito medo de usar qualquer coisa aqui dentro. O banheiro está um lixo e bebedouro pode estar sujo por dentro. Quase nunca se vê agentes de limpeza trabalhando aqui. É problema que se prolonga há anos", disse Francisco Pereira, um usuário da estação.

Falta - Segundo ele, no início havia organização no tráfego, mas hoje em dia além da má educação dos usuários ser um

dos grandes problemas, faltam agentes para disciplinar o acesso aos coletivos. "A gente vê muito as pessoas se empurrando e correndo para pegar ônibus. Muitos não deixam nem o pessoal descer e sobem logo para garantir um espaço. É quase uma briga", descreveu o trabalhador autônomo, que usa diariamente o terminal do São Cristóvão.

A Prefeitura de São Luís e o Sindicato das Empresas de Transporte (SET) foram procurados por O Estado para esclarecer os problemas e responder a questões sobre a Ação Civil Pública ajuizada pela defensoria, contudo não houve respostas. O caos na estação rodoviária continua sem explicação de gestores e prestadores de serviço de transporte.

Raio-X

51 linhas de ônibus circulam pelo Terminal do São Cristóvão

4,5 milhões de passageiros utilizam mensalmente o terminal

13 empresas de coletivos são responsáveis por manter o serviço na região do São Cristóvão e Cidade Operária

20% dos passageiros que circulam pelo terminal não pagam passagens de ônibus

R\$ 6,6 milhões é o faturamento em média da mensal do Consórcio São Cristóvão para manter o serviço no local

Fala, povo

Como você avalia o Terminal de Integração?

"É realmente um caos. Falta dignidade. São poucos os ônibus e há muita sujeira espalhada"



Laudence Vieira,
doméstica

"Há filas grandes demais. Os ônibus estão sempre lotados. Normalmente, a gente demora 50 minutos para conseguir pegar um coletivo"



Marília Oliveira
estudante

"Todos os dias aqui é um caos. Os banheiros estão sempre sujos e a lotação dos ônibus é terrível"



Jennifer da Silva,
estudante

"Acho que somos todos enganados, porque esse serviço oferecido aqui não vale nada. Tudo está péssimo"



Kelma dos Santos,
cuidadora

ELEIÇÕES 2012

Maranhão tem 99 presos aptos a votar

Noventa e nove presos provisórios vão votar nas eleições municipais neste domingo (7) no Estado, sendo 39 das Centrais de Custódia de Presos de Justiça de Caxias e Imperatriz e 60 da Penitenciária de Pedrinhas (São Luís), de acordo

com o Grupo de Monitoramento do Sistema Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão.

As seções eleitorais funcionarão nas Centrais de Custódia de Presos de Justiça das cidades mencionadas (nº 429 - 65ª zona eleitoral

(Imperatriz); nº 168 - 4ª zona eleitoral (Caxias); e nº 176 - 90ª zona eleitoral (São Luís).

Nos estabelecimentos penais será permitida a presença de força policial e de agentes penitenciários a menos de 100 metros do local de votação, o que não é per-

mitido nas seções regulares.

Conforme instrução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), terá direito ao voto o preso provisório que ainda não teve condenação criminal definitiva e que alistou-se ou transferiu o título até o dia 5 de maio.

Maranhão

Doentes mentais não recebem tratamento em unidades prisionais



A situação foi apresentada por Douglas Martins durante reunião do grupo

Mais de 100 presos com diversos tipos de doença mental são mantidos sem tratamento médico adequado em presídios e delegacias estaduais, segundo levantamento do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF) do Tribunal de Justiça do Maranhão.

A situação foi apresentada pelo juiz auxiliar da 2ª Vara de Execuções Penais, Douglas Martins, durante reunião do grupo esta semana. "Pelas condições de saúde,

estes presos devem cumprir a medida de segurança em hospital psiquiátrico para que recebam tratamento adequado e separados das pessoas condenadas ou que aguardam por julgamento", ressalta o magistrado, que também responde pelo GMF no Estado.

Martins informou que o Grupo de Monitoramento já encaminhou à governadora Roseana Sarney documento relatando o problema e propondo a construção de duas unidades de saúde para aten-

der a demanda do sistema prisional. "Além das doenças mentais e dependência química, há outros sérios problemas de saúde nos presídios. Falta atenção básica e assistência social", afirma.

O juiz reuniu-se com representantes do Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Sistema de Saúde, Segurança Pública, Administração Penitenciária e organizações não-governamentais que atuam na recuperação de doentes mentais e dependentes qui-

micos, para receber sugestões sobre procedimentos que podem ser adotados para garantir o atendimento dos presos que cumprem medida de segurança pelo sistema público de saúde.

Uma comissão liderada por juristas, profissionais da área de saúde mental e de comunidades terapêuticas foi formada para traçar um plano provisório e apresentar, no prazo de 30 dias, um protocolo de atendimento e aprofundar a discussão sobre o tempo de internação aplicado aos diversos tipos de transtorno mental apresentados por presos. O Juiz José Costa foi indicado para coordenar o grupo de estudo.

"Estamos diante de um impasse legal e psiquiátrico. É necessário que juristas e psiquiatras se reúnam para determinar a medida de segurança. Delegacia não é lugar para esse tipo de preso", disse a delegada-geral da Polícia Civil, Cristina Meneses.

Inscrições 9 de outubro

TJMA lança concurso com 31 vagas para juiz substituto

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) lança concurso público para preenchimento de 31 vagas de juiz de Direito substituto e formação de cadastro de reserva do Judiciário estadual.

O certame será coordenado pelo CESPE/UnB e terá supervisão da Comissão de Concurso do tribunal, informa edital assinado quarta-feira (3) pelo presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior. A prova seletiva será aplicada em março de 2013.

As inscrições preliminares terão início às 10h do dia 9 de outubro, pela internet (www.cespe.unb.br/concursos/tj_ma_12_juiz), com taxa fixada em R\$ 150,00. O salário inicial é de R\$ 20.677,85.

Podem se inscrever candidatos com diploma de curso de graduação de nível superior em bacharelado em Direito, devidamente registrado e fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC, e três anos de atividade jurídica exercida após obtido o grau de bacharel em Direito.

De acordo com o edital, a seleção ocorrerá em seis

etapas: compreenderá prova objetiva seletiva, prova discursiva e prova prática de sentença; inscrição definitiva, sindicância da vida pregressa e investigação social, exame de sanidade física e mental e exame psicotécnico; prova oral, de caráter eliminatório e classificatório; avaliação de títulos e curso de formação inicial para ingresso na carreira da magistratura, de caráter eliminatório, realizado pela Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM).

Das vagas abertas e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do concurso, 5% serão providas por candidatos com deficiência, que participarão do concurso em igualdade de condições com os demais candidatos no que tange ao conteúdo, à avaliação, ao horário e ao local de aplicação das provas, podendo haver ampliação do tempo de duração das provas em até 60 minutos.

O edital completo do concurso está disponível no site do Tribunal de Justiça (www.tjma.jus.br), na seção concursos.

Cadastro de mandados agiliza prisões no estado

O registro de mandados de prisão com foto do réu nos sistemas de informação da segurança pública nacional e estadual, pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), agiliza o cumprimento das ordens judiciais em nível de segundo grau na Justiça estadual.

A medida cumpre a Resolução Nº 137/2011 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que instituiu o Banco Nacional de Mandados de Prisão (BNMP) –, nos termos do Código de Processo Penal e da Lei Nº 12.403, de 4 de maio de 2011, determinando a criação de banco de dados para registro dos mandados de prisão pelo Judiciário nacional.

O TJMA, em parceria com a Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP), treinou servidores para inserir os mandados expedidos pelos desembargadores diretamente nos sistemas de controle do Judiciário nacional (BNMP) e da segurança pública em nível estadual (SÍGO - Sistema Informatizado de Gestão Operacional) e federal (Infoseg - Integração Nacional de informações de Segurança Pública, Justiça e Cidadania).

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Antônio Guerreiro Júnior, determinou aos juízes de Direito das comarcas efetuar ao cadastro dos mandados em processos nas varas judiciais. As providências para a implementação dessa medida estão sendo tomadas pelos juízes auxiliares da presidência, Francisca Galiza e José Nilo Ribeiro Filho, em entendimento

com a Corregedoria Geral da Justiça e deverão ser executadas após as eleições municipais.

“O objetivo é atingir 100% do cadastro dos mandados de prisão no banco nacional, não apenas dos atuais, mas o passivo existente em todas as unidades jurisdicionais. Com isso, facilitamos o cumprimento das ordens de prisão e contribuimos com as autoridades da segurança pública no combate à criminalidade”, ressaltou Nilo Ribeiro.

Além de agilizar o cumprimento dos mandados de prisão, a medida reduziu os custos com papel e o tempo na comunicação entre o Judiciário e as autoridades da área de segurança pública. Antes, um oficial de Justiça fazia pessoalmente a entrega do mandado para a Secretaria de Segurança e a delegacia especializada.

Agora, o mandado é inserido imediatamente no sistema de acompanhamento processual do TJMA (Themis SG) – que é interligado ao BNMP –, e, em seguida, nos sistemas de segurança pública, após a assinatura pelo desembargador responsável pelo processo.

“O mandado não sai do Tribunal, onde é expedido, digitalizado e inserido nos três bancos de dados na mesma data da expedição pelo TJMA. A partir de novembro, a tramitação dos mandados deverá ser eletrônica e com certificação digital, conforme recomendação do CNJ”, informa a diretora judiciária do Tribunal, Denise Batista.



Guerreiro Júnior assina determinação aos juízes para cadastro dos mandados em processos nas varas judiciais

Juiz Márton Reis dá a receita para o eleitor tirar da vida pública os políticos "ficha-suja"

Juiz de Direito na Comarca de João Lisboa, a 12 quilômetros de Imperatriz (MA), Márton Reis, 42 anos, que antes atuou como um dos coordenadores e redatores do anteprojeto que se tornou a Lei da Ficha Limpa, dá a receita ao eleitor para expurgar da vida pública os políticos ficha-suja e outros maus políticos. O juiz afirma de forma enfática que o eleitor que é o chefe, o líder, e o candidato é que precisa do voto dele.

"Votem como líderes, como chefes. O eleitor não é um coitadinho, estendendo a mão como um pedinte para um político 'importante'. O candidato, sim, é o dependente. Sem votos ele não terá o mandato que procura. Votar como líder é pensar alto e ter os olhos fixos no futuro, já que o voto não termina quando se aperta o botão 'confirma' na urna eletrônica. É justamente aí que ele começa. A repercussão da sua decisão eleitoral virá sob a forma de vida ou morte para os dependentes dos serviços públicos de saúde. Ou de miséria ou dignidade para os que dependem da educação pública", garante o magistrado.

Diz também que "o eleitor quer saber mais sobre o passado dos candidatos e sobre quem está por trás das candidaturas, e com que motivos. Democracia é isso. O titular do poder político é o cidadão, não o mandatário. Por isso o eleitor deve ter acesso ao nível de informação adequado para resolver quem melhor poderá servi-lo pelos próximos quatro anos. A Lei da Ficha Limpa e a Lei de Acesso à Informação estão descontraindo mitos e dando ao eleitor um poder que nunca poderia haver sido negado a ele".

A seguir a entrevista com o juiz, que aborda vários outros temas importantes para quem vai votar e ser votado nas eleições deste domingo.



Márton Reis orienta eleitor a votar pensando alto, com os olhos fixos no futuro

Jornal Pequeno – O senhor tem falado constantemente sobre transparência nas contas de campanha. A Ficha Limpa e Transparência nas Contas de Campanha, temas de suas palestras, realmente caíram no gosto do eleitor?

Juiz Márlon Reis – São os dois temas mais importantes destas eleições. Ambos estão relacionados ao tema da transparência. O eleitor quer saber mais sobre o passado dos candidatos e sobre quem está por trás das candidaturas, e com que motivos. Democracia é isso. O titular do poder político é o cidadão, não o mandatário. Por isso o eleitor deve ter acesso ao nível de informação adequado para resolver quem melhor poderá servi-lo pelos próximos quatro anos. A Lei da Ficha Limpa e a Lei de Acesso à Informação estão descontraindo mitos e dando ao eleitor um poder que nunca poderia haver sido negado a ele.

JP – Para lembrar, como nasceu o projeto de iniciativa popular que culminou com a Lei da Ficha Limpa?

MR – A Lei da Ficha Limpa decorreu de uma iniciativa popular deflagrada em dezembro de 2007 pelo Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral - MCCE. A ideia original foi apresentada ao Movimento pelo então secretário-geral da CNBB, Dom Dimas Lara Barbosa. A

campanha foi intensificada após a manipulação das eleições do Rio de Janeiro por milicianos e narcotraficantes. Um grave escândalo envolvendo o governo do Distrito Federal serviu como propulsor da coleta de assinaturas. Todos estavam indignados com a notória aproximação entre criminalidade e política.

JP – O que representou a Campanha Eleições Limpas?

MR – A Campanha Eleições Limpas de 2008 e 2010 levou para todo o território nacional, sob a promoção do Tribunal Superior Eleitoral e da Associação dos Magistrados Brasileiros, uma ideia surgida aqui no Maranhão: a de que os juízes eleitorais devem estar abertos a discutir com a comunidade os problemas relacionados à administração das eleições. Só para ter uma ideia do ocorrido, em 2008 foram realizadas 1500 audiências públicas em todo o Brasil, numa mobilização que envolveu mil juízes eleitorais de todos os estados.

JP – Qual foi o papel do senhor nesses projetos?

MR – No caso da Lei da Ficha Limpa atuei como um dos seus redatores, liderei com vários dirigentes sociais a mobilização para a coleta de assinaturas, participei da equipe que discutiu o projeto com os Parlamentares e, curiosamente, fui eu quem a batizou com

esse nome "Ficha Limpa". No caso da Campanha Eleições Limpas, foi Gervásio Santos, então presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão, quem levou à AMB a ideia que havíamos desenvolvido aqui no Maranhão, originalmente conhecida como "Comícios da Cidadania contra a Corrupção Eleitoral".

JP – Como é ser o juiz titular da 58ª Zona Eleitoral do Maranhão, que abrange as cidades de João Lisboa, Senador La Roque e Buritirana? Os problemas são muitos?

MR – Aqui vivenciamos problemas sociais tão graves que eu pensei que nem existissem mais. Recentemente despachei com urgência pedidos de registro tardio de nascimento para que pessoas que precisavam ser hospitalizadas com problemas como ascite (barriga d'água) e beribéri. Um deles tinha também uma sanguessuga no olho. Estamos em 2012, mas grande parte da população ainda está na Idade Média. Consegui com o Des. Jamil Gedeon, quando este presidiu o Tribunal de Justiça do Maranhão, um Fórum novo para a cidade. É o prédio mais moderno de João Lisboa. Gostaria que todas as demais instituições tivessem a qualidade das nossas instalações e dos serviços que prestamos. Mas infelizmente não

é o que ocorre.

JP – O que representa ter vencido o I Prêmio Innovare por conta do projeto Integração da Justiça Eleitoral e Sociedade Civil e ser considerado pela Revista Época como um dos magistrados mais influentes do país?

MR – Títulos não são importantes. As pessoas, sim, são importantes. Mas no meu caso esse reconhecimento tornou possível que eu seguisse com meus projetos. Não é segredo que vários desembargadores viam com maus olhos o meu trabalho. Fui perseguido e tive que responder a um juiz corregedor se era verdade que eu estava dizendo por aí que quem vende seu voto em troca de chinelos passaria quatro anos levando chineladas. Tão moderno quanto morrer de beribéri. Para eles, a meu ver, os prêmios são importantes, pois nunca mais sofri retaliação por dizer o óbvio para as pessoas.

JP – Recentemente o portal UOL, do grupo Folha, fez uma ampla reportagem sobre o senhor. Qual a repercussão junto ao eleitor comum ou junto a quem atua diretamente nas eleições?

MR – Aquela matéria foi muito impactante. Fico impressionado com a força da internet

na propagação das ideias. Pode falar abertamente ao jornalista Fernando Rodrigues o que penso sobre as mazelas ainda existentes no nosso sistema eleitoral e sobre o que podemos fazer para combatê-las. O resultado foi uma explosão de novos contatos com pessoas e instituições que pensam como eu. Somos a maioria no Brasil, não tenho dúvida. Uma maioria que vinha se deixando levar por uma minoria inexpressiva composta por "esperto" cujo poder não resiste a um facho de luz. Mesmo entre os integrantes da Justiça Eleitoral a proporção é a mesma. A grande maioria é de profissionais admiráveis, que lamentam a baixa qualidade da política e fazem o que podem para cumprir a lei.

JP – Quais os conselhos que o senhor faz aos candidatos e eleitores, em termos legais e do exercício da cidadania, neste dia de eleições municipais, que é 7 de outubro?

MR – Votem como líderes, como chefes. O eleitor não é um coitadinho, estendendo a mão como um pedinte para um político "importante". O candidato, sim, é o dependente. Sem votos ele não terá o mandato que procura. Votar como líder é pensar alto e ter os olhos fixos no futuro, já que o voto não termina quando se aperta o botão "confirma" na

urna eletrônica. É justamente aí que ele começa. A repercussão da sua decisão eleitoral virá sob a forma de vida ou morte para os dependentes dos serviços públicos de saúde. Ou de miséria ou dignidade para os que dependem da educação pública.

JP – Ainda se vende ou se compra muitos votos, apesar do papel esclarecedor da Justiça Eleitoral?

MR – Grande parte da população ainda vende ou está aberta a vender o seu voto. Uma das principais razões para isso é a desconfiança na política. Os mandatários são vistos como pessoas desonestas, que assumem prefeituras e mandam os filhos para estudos na capital, onde tratam de comprar apartamentos nos bairros nobres. Os carros da família são logo trocados. Pessoas desqualificadas são alçadas a importantes cargos. O eleitor, diante desse quadro, não acredita que a política possa ser um instrumento do bem comum. Na sua desilusão, pensa que a venda do voto é o alento que lhe resta.

JP – Qual o alcance de sua decisão de não diplomar quem não prestou as contas preliminares, informando aos eleitores quem são os seus doadores?

MR – Os candidatos nas cidades abrangidas pela 58ª Zona Eleitoral têm ciência de que quem não apresentou as prestações de contas preliminares, com todos os dados exigidos por lei, não devem ter esperança na diplomação, ainda que eleitos. As prestações de contas preliminares são as mais importantes, pois são elas que tornam possível ao eleitor efetuar um crivo prévio baseado em informações prestadas no tempo certo, ou seja, antes da eleição. Não sou eu quem cria essa regra. Trata-se de norma expressa prevista na Lei das Eleições.

JP – Qual a importância de ter sido homenageado com a medalha Manoel Beckman, a maior honraria concedida pelo Poder Legislativo Maranhense?

MR – Fiquei muito honrado e grato por esse gesto da Assembleia Legislativa. Amo o estado do Maranhão, do qual me tornei filho adotivo e de onde não pretendo mais sair. Recebi a medalha como um símbolo da minha aliança com um estado que, de tão carente, ainda será reconhecido pelo grande salto que o futuro lhe reserva. Essa passagem está entre as minhas melhores recordações. Não se trata da medalha, mas do conteúdo sentimental que ela evoca.

Em 20 meses de ações, Sejap abre 796 novas vagas no sistema penitenciário

Com a liberação do Pavilhão A, da Penitenciária de Pedrinhas, na última segunda-feira (1º), pelo juiz da 1ª Vara de Execução Penal, Jamil Aguiar, a Secretaria de Estado da Justiça e da Administração Penitenciária (sejap) abriu mais 105 novas vagas no sistema carcerário do Maranhão. Ao todo, em 20 meses de existência, o órgão já alcançou 796 vagas. Para o secretário Sérgio Tamer, o objetivo é ultrapassar a meta de mil novas vagas até o fim deste ano com a inauguração da CCPJ de Imperatriz (160 vagas); a Unidade de Ressocialização de Chapadinha (120 vagas); a unidade de Rosário (100 vagas); o novo Centro de Triagem do CDP (120 vagas) e a Penitenciária de Imperatriz (220 vagas).

Até semana passada a Secretaria, que iniciou suas atividades em janeiro de 2011, já tinha aberto 691 novas vagas, além de promover a restauração da maioria das unidades já existentes. Estas novas vagas correspondem às inaugurações de diversas unidades prisionais, dentre as quais a Unidade Prisional de Ressocialização (UPR) do Monte Castelo, que tem 130 vagas; a UPR de Paço do Lumiar, com quantidade para 40 presos; a de Santa Inês, com 85; a Casa de Ressocialização de Imperatriz, que possui vaga para 70 internos; bem como as UPRs de Davinópolis e Bacabal, 106 e 90 vagas respectivamente; a UPR do Olho d'Água, com 110 vagas e, por fim, a Penitenciária de Pedrinhas com 105 novos lugares, totalizando 796 novas vagas no sistema.

Para atingir a meta de mil vagas até o final do ano, o governo do Estado, por meio da Sejap, não tem medido esforços para investir nas unidades prisionais do Maranhão. Com exceção da Penitenciária de Imperatriz, que parte dela é financiada com recursos federais, todas as demais



DIVULGAÇÃO

Sérgio Tamer e Bispo Serejo acompanham Jamil Aguiar em visita à Penitenciária de Pedrinhas

unidades foram ampliadas e construídas com uso exclusivo de recursos estaduais.

O secretário Sérgio Tamer destacou que, com a entrega das novas unidades penais, o sistema penitenciário do Maranhão começará a ganhar uma nova dinâmica, mas ainda precisaremos avançar mais para atingir a estabilidade desejada, inclusive com a realização de concurso para agentes penitenciários. Ele afirmou que os primeiros passos já foram dados para efetivar a política de regionalização no cumprimento da pena. "Vamos transferir cerca de 600 internos

que deveriam cumprir pena nos interiores de origem, mas que estão em São Luís", garantiu Tamer, enfatizando que esta ação objetiva fazer com que o interno cumpra a pena próximo de familiares e do juiz da comarca que o sentenciou.

No que diz respeito às assistências materiais determinadas pela Lei de Execução Penal (LEP), o secretário garantiu que estas são imprescindíveis para o bom funcionamento do sistema, mas ressaltou que "a ressocialização plena só será alcançada em um ambiente em que não haja superlotação".

Hoje no Maranhão a capacidade de vagas nos 25 estabelecimentos prisionais é de 3.200. Entretanto, a população carcerária chega a 4.008, tendo, desta maneira, um déficit de 808 vagas. Os dados revelam ainda que deste total, 52% são de presos provisórios. Em 2009, era de 74%. Essa considerável diminuição de 22% no número de detentos provisórios em três anos é o resultado de uma parceria entre a Sejap, a Defensoria Pública do Estado, as Varas de Execução e a Unidade de Monitoramento do sistema carcerário do Maranhão – órgão do Tribunal de Justiça. Todos contaram com o apoio do Sistema de Gestão Prisional (SGP) disponibilizado pela Sejap aos seus parceiros que tem sido uma forte ferramenta para o trabalho jurídico desenvolvido em favor do apenado.

O secretário adjunto de Estabelecimentos Penais da Sejap, João Bispo Serejo, disse que desde a criação do órgão buscou-se firmar parcerias consistentes e proveitosas com outros órgãos no intuito de beneficiar não só a população carcerária, mas a maranhense. "São parcerias que tem nos dado muita satisfação. Essa diminuição no número de presos provisórios não é mérito somente da Sejap, mas de todos os órgãos envolvidos", afirmou Serejo.

Tamer avaliou ainda que o sistema prisional, que está em um processo de reconstrução, se apresenta forte e bem organizado, predominando internamente o respeito e a disciplina. Ele disse que a ocorrência eventual de distúrbios ou de incidentes pontuais faz parte do cotidiano de qualquer sistema no mundo, mas que a drástica redução dessas ocorrências nos últimos 20 meses é um seguro indicador da boa saúde do sistema maranhense.